

Relatório de Avaliação Intermédia do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020

Extracto:

Relativamente à *Sinalização de crianças e jovens em risco/perigo, por parte das entidades com contacto direto com crianças, jovens ou famílias com problemas associados aos comportamentos aditivos e dependências, no sentido destas situações serem acompanhadas e encaminhadas para respostas adequadas às necessidades diagnosticadas (Ação nº 7)*, é de destacar o papel das CDT na **sinalização e intervenção precoce** de crianças até aos 9 anos e jovens dos 10 aos 14 anos, tendo sido registadas 1.051 situações de menores e famílias em situação de risco, algumas delas sinalizadas às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJR) e concomitantemente às consultas de jovens das equipas de tratamento dos CRI.

Só em 2016, considerado o ano com maior número de registos, foram sinalizados 407 crianças e jovens/famílias com idades compreendidas entre os 9 e os 14 anos de idade. Embora a idade mínima para ser referenciado a uma comissão por indício de prática de contraordenação seja 16 anos, as CDT enquanto serviços do Ministério da Saúde que operam na área dos CAD, estando na presença de uma situação de risco, acolhem, avaliam e sinalizam os menores de 16 anos para as estruturas competentes. Uma vez notificado à CDT, o jovem é alvo de uma avaliação prévia da situação de risco em que se encontra e, embora não seja aberto processo de contraordenação, é sinalizado à CPCJR.

É de destacar ainda a celebração nos últimos quatro anos de **302 novos protocolos/acordos**, abrangendo estruturas de diferentes ministérios (Ministério da Administração Interna, Saúde, Justiça, Solidariedade e Segurança Social, Educação e Ciência, entre outros) e diversas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)/Organizações não Governamentais (ONG), contribuindo desta forma para a agilização e melhoria do trabalho em rede, em prol de um efetivo aumento da qualidade das intervenções em matéria de Dissuasão.



Índice

Legislação	2
Candidaturas	2
IPSS	2
UDIPSS	3
Imprensa	4
Diversos	4

[Avaliação Intermédia do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 - Anexo II Contributos das Subcomissões da Comissão Técnica para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool](#)

LEGISLAÇÃO



Assembleia da República

- [Resolução da Assembleia da República n.º 194/2018 - Diário da República n.º 140/2018, Série I de 2018-07-23](#)
Recomenda ao Governo o reforço da capacidade de resposta pública na área da toxicodependência e alcoolismo
- [Resolução da Assembleia da República n.º 195/2018 - Diário da República n.º 140/2018, Série I de 2018-07-23](#)
Recomenda ao Governo a reformulação das condições de atribuição de apoio financeiro pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências a entidades promotoras de projetos de redução de riscos e minimização de danos
- [Resolução da Assembleia da República n.º 203/2018 - Diário da República n.º 140/2018, Série I de 2018-07-23](#)
Recomenda ao Governo a adoção de medidas na área das doenças raras e da deficiência



CANDIDATURAS



AVISO N.º POAPMC-F2-2018-03

Distribuição de Géneros Alimentares e/ou Bens de Primeira Necessidade - Região Autónoma dos Açores

Prorrogado o prazo para submissão de candidaturas até 10 de agosto

Curso de qualificação e inclusão em saúde mental comunitária – nível I

sob o tema “Abordagens à Empregabilidade em Saúde Mental”

Inscrições abertas

Dias: 19, 20 e 21 de setembro no Fórum Picoas

[Regulamento do Curso](#)

INFORMAÇÕES/ATIVIDADES IPSS



Festa dos Amigos e da Música em Ulme



3,4 e 5 de agosto



Centro de Apoio Social de Ulme no concelho da Chamusca

Entrada livre

Sites: www.cnis.pt | www.solidariedade.pt | www.rotass.cnis.pt

Atribuição do Prémio Maria José Nogueira Pinto em Responsabilidade Social Menção Honrosa ao Projecto de Lisboa


A Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, no dia 5 de Julho de 2018, recebeu o Prémio Maria José Nogueira Pinto em Responsabilidade Social Menção Honrosa. O prémio pretende ser um incentivo ao reconhecimento do que se faz bem em Portugal na área da Responsabilidade Social. Este Prémio recorda a Maria José Nogueira Pinto, que dedicou uma importante parte da sua vida, a defender uma intervenção socialmente responsável, a coesão

e a persistência nos valores da solidariedade e da equidade social sempre estiveram presentes.

O Projecto vencedor foi o EntrePares que tem como objetivo formar um grupo de Mulheres que deixaram a prostituição e que estão disponíveis para serem Pares nas Equipas de Rua das Oblatas. Este prémio representa um estímulo para conseguir mulheres organizadas, com capacidade para construir sociedades mais responsáveis, justas e equitativas.



INFORMAÇÕES / ATIVIDADES UDIPSS/FEDERAÇÕES



UIPSSDB
União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Distrito de Bragança

Ação de Formação
Regulamento Geral de Proteção de Dados
31 de Julho de 2018

Local: Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro – Miranda do Douro
Formadora: Dra. Filipa Magalhães (Assessora Jurídica da UIPSSDB)

Programa:
- Dar a conhecer o Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados - Apresentação
- Informar, sensibilizar e responsabilizar na aplicação do RGPD

HORÁRIO
Manhã - Das 10h 30 às 12h 30

Destinatários:
Trabalhadores da IPSS (Associada da UIPSSDB)

Sites: www.cnis.pt | www.solidariedade.pt | www.rotass.cnis.pt

IMPrensa



[Tecnologia 3D ao serviço da deficiência](#)

O projeto "3D Print 4 Good", da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão **Deficiente** Mental de Coimbra, disponibiliza uma ferramenta de ...

DIVERSOS



Conferência sobre: "Desafios Demográficos: A Natalidade"

O CES vai organizar uma Conferência sobre "Desafios Demográficos: A Natalidade", que terá lugar no próximo dia 7 de setembro, na F (...)

[Ler mais](#)



Lino Maia